DIREÇÃO CONCURSOS

Curso Completo de Discursivas para FUB

Prof. Sérgio Varella

Sumário

SUMÁRIO 2

O CURSO 3

OBJETIVO DO CURSO 5
FUNCIONAMENTO DO CURSO 6

O PROFESSOR 7

CONHECENDO A PROVA DISCURSIVA 9

PRINCIPAIS MODALIDADES DE PROVA DISCURSIVA 9
Redação 9
Questão 15
Estudo de Caso 16
Peça Técnica 18

O curso

Olá, querido aluno!!

Vamos começar o nosso curso de discursiva para concursos públicos. É uma honra tê-lo como aluno para essa matéria tão importante e crucial para sua aprovação. Tenho certeza que com afinco e dedicação você conseguirá a tão sonhada aprovação. De quebra, com uma super nota na prova discursiva, que chega, em alguns concursos, a ter peso igual à prova objetiva.

Nosso curso trará técnicas e estratégias que serão úteis em qualquer prova discursiva que você venha a fazer. Afinal de contas, independentemente da banca, temos que responder aquilo que a banca solicita em consonância com o espelho padrão utilizado para correção. Apenas isso. **Apesar disso, esse nosso curso tem como foco o concurso para FUB e na Banca Cebraspe (Cespe).**

Ao longo desse curso irei apresentar os conhecimentos preliminares que todo candidato deve saber durante a sua preparação para a prova discursiva e claro para a tão sonhada aprovação.

Como veremos, a forma e o conteúdo são muito importantes numa prova subjetiva. Assim, é imprescindível que o aluno tenha consciência da estrutura do texto para que o conteúdo não seja prejudicado pela falta de adaptação das ideias presentes na sua cabeça ao transpor o conteúdo ao plano textual.

Ahh, mas eu tenho muitas dúvidas!!!

Dúvidas são comuns ao longo da nossa trajetória de estudos. Tê-las não é um problema, todavia guardá-las com vocês até a prova é um erro que você não pode cometer. Se possui dúvidas, procure saná-las. A hora é agora. Não deixe para a prova, pois lá você não terá como perguntar ao professor.

Devo fazer uma introdução ou devo responder diretamente as perguntas? Devo copiar toda a pergunta para depois respondê-la ou posso ir direto à resposta? Devo trazer informações que não foram pedidas, mas que estão relacionadas ao assunto? Devo escrever todas as linhas ou deixo algumas em branco?

Ao final desse curso você terá as informações necessárias para chegar na prova 100% preparado e à frente da concorrência, conquistando pontos importantes para a aprovação. A discursiva deixará de ser um bicho-papão para ser o seu diferencial, conseguindo melhorar sua posição no concurso.

Professor, qual a grande dica para uma boa redação?

O primeiro passo é saber que a correção de sua prova será feita por uma pessoa de carne e osso como você. Ela pode estar cansada, ter brigado com a família, seu time de futebol ter perdido uma partida, estar com problemas financeiros. Tudo isso irá com certeza influenciar a correção. Então, dica número 1 – **Facilite a vida do avaliador.**

Dica 1

Facilite a vida do avaliador.

Elabore um texto limpo e sem muitas rasuras. Busque a ordem direta na hora de abordar um assunto. Responda na ordem que os quesitos foram apresentados na pergunta. Não divague sobre os assuntos, vá direto ao ponto solicitado, seja objetivo e conciso em sua resposta.

Qualquer dúvida é só me procurar.



profsergiovarella@gmail.com



@profsergiovarella

Objetivo do Curso

Com esse curso, espera-se que você possa compreender com profundidade como elaborar uma discursiva, estando apto a escrever uma redação que atenda aos preceitos básicos necessários para o alcance da nota máxima em sua prova.

Iremos abordar as temidas peças técnicas, desmistificando a forma de responder a esse tipo de prova. Além disso, abordaremos os outros formatos que mais caem nas provas discursivas.

É importante destacarmos, que esse curso não tem como escopo o conteúdo das matérias específicas do concurso. Tampouco nosso foco será nos aspectos gramaticais e regras de português. Para tanto vocês contam com a excelente equipe do Direção Concursos. Logicamente usaremos questões que envolverão conteúdo, todavia o aprofundamento sobre o tema deve ser feito em cada matéria.

Funcionamento do Curso

Cada aluno terá direito a 4 correções individualizadas e poderá escolher entre os temas propostos na aula. Você deverá simular a resolução da prova como se estivesse no dia do concurso e utilizar as técnicas que serão passadas ao longo do curso.

Os temas serão postados na área do curso e você poderá escolher a ordem que irá responder. Assim, pode começar pelo tema que tem mais facilidade para começar a praticar, caso prefira.

Sugiro que toda semana você faça pelo menos uma das redações. Isso faz com que você vá recebendo o feedback do professor e ajustando a técnica para próxima discursiva. Se você fizer todas de uma vez e me enviar, não terá como ir aprimorando a técnica com a ajuda de um especialista.

Não se preocupe se comprou o curso muito perto da prova. As correções não têm um prazo individualizado. O que existe é que cada questão que você enviar será respondida em até 7 dias úteis.

Único prazo existente são os 15 dias antes da data da prova do seu concurso. Após esse prazo não receberei mais provas para o seu concurso, pois as correções são individualizadas e precisam de tempo dedicado a cada uma delas.

E como devo enviar a minha questão discursiva?

1. Imprima a folha padrão de resposta constante na área do curso.
2. Elabore a redação com caneta, o mesmo modelo que usará no dia da prova.
3. Mande a resposta escaneada por e-mail (o contato está na área do curso) via PDF para que eu possa realizar a correção.
4. Coloque no nome do arquivo: nomealuno_FUB_tema. Por exemplo, "sergiovarella_FUB_inquerito policial"
5. Envie junto com o pdf da sua resposta a questão a que ele se refere. Pode ser em dois arquivos separados ou em um único pdf.
6. Dentro de 7 dias úteis você receberá a sua discursiva corrigida no mesmo formato que a Cebraspe utiliza para fornecer a sua nota.

O professor

Antes de darmos andamento a nossa aula introdutória, vou fazer um breve resumo de minha história. Comecei tarde no ramo dos concursos públicos, apenas com 30 anos. Em fevereiro de 2013, fechei duas empresas das quais era sócio e iniciei a minha trajetória nessa área.

Tarde?? No curso de formação para Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Nacional tinha um senhor de 63 anos que estava fazendo o seu primeiro concurso. Então, o tarde é relativo. Independentemente da sua idade, se decidiu estudar para concursos, essa é a sua hora certa. Se dedique que a aprovação virá.

Consegui aprovação no meu primeiro concurso como Analista de Finanças de Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com 3 meses de preparação, cargo para qual fui chamado e tomei posse em 2016. A posição não foi tão boa, mas foi o bastante para ser chamado na última convocação para o certame.



Como dizem você não precisa ser a pessoa mais rápida do mundo para fugir do leão, você apenas precisa correr mais que o seu vizinho. Você não precisa ser o primeiro lugar de um concurso, apenas precisa estar numa posição que seja convocado.

Ainda em 2013, consegui minhas primeiras aprovações dentro das vagas (Analista de Administração Pública do Ministério Público da União - MPU - **4º Colocado**) - e Analista de Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - **1º Colocado**).

Nesse concurso para Analista do MPU a discursiva me ajudou bastante, consegui a nota máxima, sofrendo apenas uma pequena perda de pontuação de erro de português. Como veremos, o peso do português é, normalmente, bem pequeno nas provas discursivas. Em algumas sequer existe penalização direta relacionada a esse quesito.

Depois dessas conquistas, e com um método de estudo aprimorado, busquei concursos "maiores", como Consultor da Câmara dos Deputados e Auditor Substituto de Conselheiro de Tribunais de Contas, obtendo êxito, nos dois concursos, graças a metodologia de estudos aplicada, sendo o **1º Colocado** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas e **16º** Colocado para Consultor da Câmara dos Deputados.

Atualmente atuo como Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) na área de Planejamento Estratégico e Modernização Administrativa.

Abaixo um resumo das principais aprovações:

- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas – 2015;

- ✓ Aprovado em **sexto lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal do Contas dos Municípios de Goiás – 2017;
- ✓ Aprovado na posição 97 para Auditor de Controle Externo do **Tribunal de Contas da União** – 2015;
- ✓ Aprovado na posição 16 para **Consultor da Câmara dos Deputados** na especialidade Administração Pública – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 149 para Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 12 para Analista Administrativo do **Tribunal de Contas do Distrito Federal** – 2014;
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Auditor de Controle Interno do Distrito Federal – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 309 para o cargo de **Analista de Finanças e Controles da Secretaria do Tesouro Nacional** – 2013.
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Analista de nível gerencial do Ministério de Comunicações – 2013.
- ✓ Aprovado na posição 62 para Técnico Administrativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Analista Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado na **posição 4** para Analista de Gestão Pública do Ministério Público da União – 2013.

Destaco dois resultados das provas acima listadas, no tocante às provas discursivas, que sempre me ajudaram bastante na composição da nota final do concurso. E que muito em breve será o seu diferencial, se você seguir as técnicas apresentadas nesse curso.

No concurso para Analista de Administração Pública do Ministério Público da União (MPU) - Banca CEBRASPE (CESPE) - obtive a nota máxima no conteúdo da prova discursiva. Já no concurso para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas (Banca FCC), obtive a maior nota na discursiva com 5 pontos de diferença para segunda maior nota.



Na área acadêmica possuo mestrado em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), pós-graduação em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Gestão Pública e Gestão Empresarial (FGV). Além disso, 3 graduações: Engenharia de Computação (UFRN), Comércio Exterior (IFRN) e Direito.

Além da experiência adquirida realizando concursos, nos últimos 6 anos, venho orientando alunos na elaboração de suas discursivas, na realização de recursos e realizando *coaching* para elaboração de suas estratégias de estudo. Graças a essa experiência, pude observar os principais erros e as melhores estratégias para gabaritar as provas discursivas de qualquer banca.

Vamos ao que interessa...

Conhecendo a prova discursiva

Para aqueles que já estão acostumados a fazer provas discursivas, esse tópico pode já ser conhecido. Mesmo assim, sugiro que façam uma leitura rápida para entender melhor o funcionamento da prova subjetiva.

Antes de abordarmos especificamente a estrutura da Cesbraspe (Cespe) e da FCC, vejamos os principais tipos de exigências na discursiva: 1) Redação; 2) Questão; 3) Estudo de Caso; 4) Peça Técnica.

Professor, e qual a diferença de cada uma delas?

Principais modalidades de prova discursiva

Redação

Essa modalidade geralmente exige do aluno que se escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre determinado assunto de conhecimento geral, mais amplo. Analisemos um exemplo da banca FCC do concurso para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região no ano de 2017. Observe que em temas amplos sempre saberemos algo sobre o assunto, todavia o difícil é abordar os pontos solicitados pela banca e presentes em seu espelho. Para ajudar, normalmente existem tópicos que mostram os assuntos que a banca quer que você aborde. Nesse caso a seguir, não temos subtópicos, mas já temos dois assuntos que devem ser abordados (1- ciência; 2- desenvolvimento).

O Brasil investe pouco em pesquisa. Mesmo assim, a ciência brasileira foi capaz de criar uma grande exportadora de aviões, transformar o país na maior potência agrícola mundial e inventar o bioetanol, contribuindo para o crescimento autônomo da sociedade e da economia brasileira. Ciência é investimento.

(Adaptado de: GUANAES, Nizan. Ciência é Investimento. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

Para impulsionar o desenvolvimento tecnológico é necessário avançar nas relações entre universidades e empresas, e apoiar maciçamente investimentos em pesquisa e inovação. O financiamento contínuo e em montantes adequados é, portanto, indispensável.

(Adaptado de: GOMES, Paulo Alcântara. Disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com)

Com base nas ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Ciência e desenvolvimento

Já no exemplo a seguir, da banca Cesbraspe (Cespe), do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no ano de 2017, temos tópicos que mostram os assuntos que a banca quer que você aborde. Agora observe que existem três temas que você deve abordar necessariamente.

As correntes migratórias de populações da África, do Oriente Médio e da América Latina para a Europa, os Estados Unidos da América (EUA) e outras regiões do globo têm gerado polêmica na política internacional. Atualmente, o maior símbolo dessa polêmica, o recém-empossado presidente norte-americano, Donald Trump, propôs, em sua campanha, construir um muro na fronteira entre os EUA e o México, tendo dado início à tramitação desse projeto logo em seus primeiros dias como presidente, nos quais, também, proibiu a entrada de refugiados no território norte-americano, causando grandes manifestações locais e comoção nos meios de comunicação e na comunidade internacional.

Tendo as informações precedentes como referência inicial, elabore um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

CORRENTES MIGRATÓRIAS ATUAIS: QUESTÃO POLÍTICA, DRAMA HUMANO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 causas diversas das migrações; [valor: 4,50 pontos]

2 comunidade internacional frente à questão da migração; [valor: 3,00 pontos]

3 relação entre as políticas restritivas à migração e manifestações de xenofobia. [valor: 2,00 pontos]

A seguir um exemplo da banca Fundação Getúlio Vargas (FGV) no concurso para o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina em 2017. Observe que nesse caso, a banca traz um texto que serve de base para a pergunta que você deve responder.

São bastante conhecidos os sete pecados capitais tradicionais, mas, em função das mudanças ocorridas na sociedade atual, o Vaticano criou, em março de 2008, um conjunto de novos pecados adaptados à era da globalização.

- Experimentos "moralmente dúbios" com células-tronco: a Igreja Católica defende a ideia de que a vida começa no momento da formação do embrião. Portanto, condena qualquer tipo de pesquisa científica com embriões humanos e células-tronco embrionárias.

- Uso de drogas: as drogas causam dependência física e psicológica nos usuários e prejudicam o funcionamento harmonioso da família. É uma atitude contra a vida humana.

- Poluição do meio ambiente: a poluição do ar, água e solo trazem prejuízos sérios ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

- Agravamento da injustiça social: o capitalismo criou, em muitos países, uma má distribuição de renda, deixando à margem da sociedade grande parcela da população (os excluídos sociais).

- Riqueza excessiva: o capitalismo favoreceu a concentração de renda, muitas vezes, de forma excessiva. Algumas pessoas concentram bilhões de dólares, enquanto outros, não têm sequer o que comer.

- Geração de pobreza: a pobreza e a miséria estão espalhadas pelo mundo. Cometem esse pecado aqueles que contribuem para a geração dessas condições sociais.

- Violações bioéticas como, por exemplo, controle de natalidade: é considerada violação bioética toda atitude que pretende evitar a geração de vida de forma natural (uso de contraceptivos, cirurgias, aborto, inseminação artificial).

Qual desses "novos pecados capitais" lhe parece mais danoso ao ser humano?

Faça um texto dissertativo-argumentativo com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em linguagem culta, defendendo sua posição de modo claro e convincente.

Agora vejamos um exemplo da banca Vunesp, no concurso para PM-SP em 2019.

Texto 01

Pela primeira vez, a população deve consumir mais conteúdo midiático na internet do que pela TV, de acordo com relatório da agência de mídia Zenith. Conforme a previsão, já em 2019 as pessoas devem passar mais horas navegando pela internet, fazendo compras, assistindo a filmes, séries e vídeos, conversando ou ouvindo música, do que assistindo à televisão.

("Internet irá ultrapassar TV já em 2019, indica relatório", 18.06.2018. https://epocanegocios.globo.com. Adaptado)

Texto 02

De acordo com estudo divulgado pela empresa Morrison Foster, as pessoas passam, em média, sete horas por dia nas redes sociais. E é exatamente esse o local ocupado pelos influenciadores, que também estão conectados e produzindo conteúdos para seus seguidores a todo tempo. Segundo uma outra pesquisa, publicada pela Sprout Social, 74% dos consumidores guiam suas decisões de compra com base nas redes sociais. Ou seja, o público está atento às opiniões da internet e, principalmente, aos depoimentos de canais influentes e de credibilidade.

("A contribuição dos influenciadores digitais para a decisão de compra". 02.02.2018. https://franpress.com.br. Adaptado)

Texto 03

Nos últimos 10 anos, o tempo médio de consumo domiciliar de televisão passou de 8h18 para 9h17. Um crescimento de 12%. Vale ressaltar que esse foi um período de forte ascensão da internet como plataforma de distribuição de conteúdo. Os conteúdos da TV, além de entreter e informar, também exercem um papel importante na dinâmica social. Eles influenciam a pauta de conversas tanto com material que gera engajamento entre os telespectadores, como com publicidades criativas. O levantamento da Kantar IBOPE Media aponta que 51% das pessoas acham que a propaganda na TV é interessante e proporciona assunto para conversar. E, entre os que acessam a internet enquanto veem TV, 23% comentam nas redes sociais o que assistem – mostrando que a televisão segue marcando presença no dia a dia do brasileiro.

(João Paulo Reis. "Televisão: a abrangência e a influência do meio mais presente na vida dos brasileiros", 24.12.2018. https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br. Adaptado)

Com base nas informações dos textos e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

A popularização da internet ameaça o poder de influência da televisão?

Professor, já estou cansado de tanto modelo igual. Quero apenas provar a vocês a semelhança entre as bancas. Existem apenas algumas mudanças, mas a essência é a mesma. Vamos mais uma? Agora da banca Fumarc, concurso da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo em 2018.

Texto 01

"Mas, individualmente, temos medo e solidão; como país, presenciamos escândalos nunca antes vistos. A violência é cotidiana, o narcotráfico nos ameaça, mais pessoas foram assassinadas por aqui do que nas guerras ao redor do mundo nos últimos anos. Andamos encolhidos dentro de casa. Estão cada vez mais altos os muros do medo e do silêncio."

Texto 02

"Cada vez que, seja por trágica dependência, seja por aquilo que minha velha mãe chamava "fazer-se de interessante", um de nós consome uma droga qualquer (mesmo o cigarrinho de maconha dividido com a turma), está botando no cano de uma arma a bala – perdida ou não – que vai matar uma criança, uma mãe de família, um trabalhador. Nosso filho, quem sabe.

Disfarçamos nossos tantos medos. Fingimos ser superiores, batendo grandes papos sobre dinheiro, futebol, sacanagem, política."

A partir da leitura dos fragmentos retirados do texto "Medos à beira do abismo", de Lia Luft, e dos conhecimentos adquiridos a partir de sua formação, escreva um texto dissertativo argumentativo sobre o seguinte tema:

Violência e narcotráfico: como enfrentar esse desafio?

Que tal um exemplo da banca Iades?

Texto 1

Jornada de Atualização Técnica reúne Fiscais do Sistema CFN-CRN em São Paulo

(28/11/2018) Nutricionistas Fiscais de todo o Brasil estão reunidos em São Paulo, a partir desta terça-feira, 27 de novembro, para a VI Jornada de Atualização Técnica de Fiscais do Sistema CFN-CRN. A programação do evento, que continua até o dia 29, inclui uma série de palestras a respeito de temas relevantes para a atuação profissional.

O encontro foi aberto pela presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), que reforçou a importância do fiscal como agente de orientação do sistema. "Temos que mudar essa visão de que fiscalizar é punir", conclui a presidente.

[...]

Disponível em: <http://www.crn3.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Texto 2

A punição a um nutricionista do Distrito Federal trouxe à tona a discussão acerca do risco do uso de anabolizantes. Um paciente denunciou o profissional ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da 1ª Região por ter receitado o uso de esteroides, além da prescrição de uma dieta não recomendada. Pela atuação irregular, ele ficará seis meses afastado.

Segundo a presidente da Comissão de Ética do CRN, não é competência do profissional de nutrição prescrever qualquer tipo de remédio. "Nós não estudamos para isso e não temos competência para definir o tipo de hormônio, a posologia e por quanto tempo deve ser utilizado. Nada disso faz parte da nossa profissão, pois o papel é fazer uma orientação de alimentação baseada em nutrientes, e não com medicamentos", destaca.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo respondendo a uma consulta feita por um dos conselheiros do Conselho Regional de Nutrição (CRN) à assessoria jurídica quanto aos poderes fiscalizatórios e punitivos do CRN. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) conceito dos poderes administrativos envolvidos na atividade fiscalizatória e punitiva;
b) atributos e características dos referidos poderes;
c) aplicabilidade desses poderes;
d) limitações; e
e) possibilidade de controle dos atos praticados com abuso de poder.

Vou trazer agora um exemplo da banca Fundep. Acho ele legal, pois traz 3 textos e um deles com vários gráficos.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia estes textos.

TEXTO I

Por que não se investe mais em saneamento básico no Brasil?

Apesar de ser um direito garantido por lei, informações trazidas pelo Instituto Trata Brasil apontam que apenas 50,3% da população brasileira possuía integral acesso à coleta devida de esgoto. Este percentual significa que mais de 100 milhões de pessoas utilizam métodos alternativos (como o descarte em fossas ou rios) para lidar com a questão dos dejetos.

O Instituto Trata Brasil estimou em 2016, ainda, que mais da metade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – programa governamental de tratamento de esgoto e fornecimento de água – estavam abandonadas em todo país. E não por falta de recursos: foram destinadas a estas obras cerca de R$ 22 bilhões.

[...]

Disponível em: <https://www.politize.com.br/saneamento-basico-no-brasil/>. Acesso em: 3 jun. 2019 (Adaptação).

TEXTO II

Privatizar e regular: o que muda com a MP do saneamento

Uma medida provisória (MP 844/18) que muda as diretrizes do marco legal do saneamento básico no país foi assinada pelo presidente Michel Temer em 6 de julho de 2018.

[...]

Uma das principais alterações promovidas pela nova MP foi tornar a ANA (Agência Nacional de Águas) uma agência reguladora dos serviços públicos de saneamento básico, atribuição que até agora era do Ministério das Cidades. À ANA cabia regular o acesso e uso dos recursos hídricos no âmbito da União, como rios que atravessam mais de um estado.

Os serviços da área incluem atividades como abastecimento de água, tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de lixo sólido e drenagem das águas das chuvas. Hoje, essas tarefas são realizadas pelos estados e municípios por meio de empresas públicas, privadas ou mistas.

[...]

Durante pronunciamento no Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília entre 18 e 23 de março de 2018, o presidente Temer defendeu o papel de empresas privadas na expansão da rede de esgotos.

Dados de 2015 do Instituto Trata Brasil mostram que 83,3% dos brasileiros contam com água encanada, mas apenas 51,9% têm esgoto. Somente 42,67% dos esgotos coletados no País são tratados.

Pontos como esses vêm sendo questionados por uma ampla rede de entidades do setor de saneamento, incluindo associações, agências reguladoras e órgãos locais. A ideia é entrar com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal). [...]

[...]

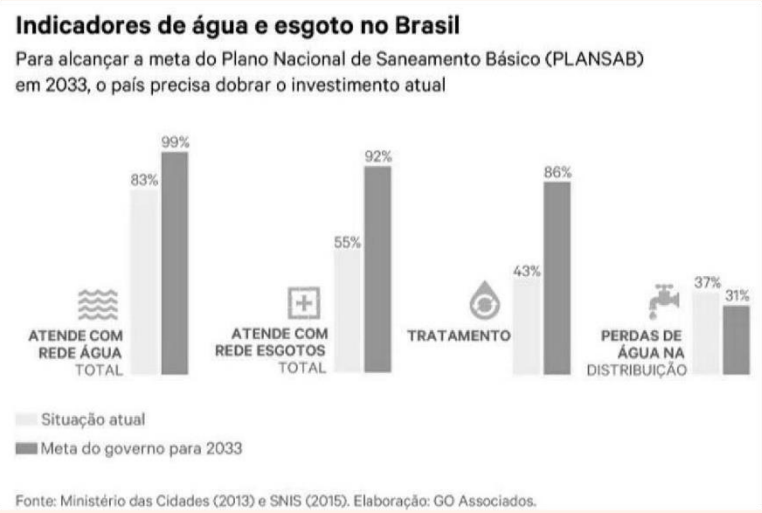
A questão territorial regulatória é complexa. Como a ANA pode estipular a tarifa no interior do Pará? O critério não pode ser o mesmo do Rio de Janeiro, por exemplo", disse Fernando Alfredo Rabello Franco, presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação) [...].

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/12/Privatizar-e-regular-o-que-muda-com-a-MP-do-saneamento>. Acesso em: 3 jun. 2019 (Adaptação).

TEXTO III

Países eficientes em saneamento básico têm ampla participação de companhias privadas, mostra estudo da CNI

Cobertura de serviços de esgoto no Brasil apresenta grande defasagem na comparação com países com renda *per capita* equivalente ou até menor. Chile tem 94% de participação privada, e Brasil apenas 5%



Disponível em: <https://tinyurl.com/y4zfoowk>. Acesso em: 3 jun. 2019.

Com base na leitura dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa, posicionando-se **a favor da privatização dos serviços de saneamento no Brasil ou contra ela**.

Para tanto selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. A transcrição parcial ou total de texto motivador não será considerada para efeito de correção e contabilização do número de linhas.

Questão

Normalmente apresenta-se por meio de um enunciado bem objetivo e direto, cobrando assuntos provenientes de algum conhecimento de matéria específica do edital. Os temas vêm geralmente precedidos de um texto meramente informativo e em seguida perguntas ou tópicos temáticos nos quais há pedidos de conceitos e de caracterizações. Vejamos a seguir um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF.

Tendo como base a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, faça o que se pede a seguir.

< Descreva a respeito do objetivo central da LRF. [valor 3,00 pontos]

< Sob o enfoque da LRF, descreva a respeito das exigências para aumento das despesas. [valor: 3,00 pontos]

< Descreva a respeito dos tratamentos que são dados às despesas com pessoal na esfera estadual, particularmente em ano eleitoral. [valor: 3,50 pontos]

O exemplo a seguir foi aplicado na prova para Analista Legislativo da Câmara Municipal de Caruaru, realizado no ano de 2015 pela Banca FGV.

O modelo denominado Balanced Score Card (BSC) como ferramenta de gestão foi originalmente criado visando às organizações com fins lucrativos. Mesmo assim, tem-se observado a sua utilização em diversos segmentos não lucrativos e mesmo em organizações governamentais.

A partir do fragmento acima, 1. Apresente as principais características do modelo. 2. Analise as condições de sua aplicabilidade em instituições públicas. 3. Avalie sua potencialidade para o processo decisório dos gestores públicos.

Mais um exemplo, agora da banca FCC, aplicado no concurso de 2016 para Procurador do Estado do Maranhão.

Com base nas normas positivas da Constituição Federal sobre a matéria, descreva o regime de incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - sobre operações com energia elétrica, utilizando-se, para a descrição, dos aspectos pessoal, material, espacial, temporal e quantitativo do fato gerador. (Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas).

Vejamos mais um exemplo, agora da banca Vunesp:

Diferencie a escuta telefônica da gravação clandestina, comentando sobre (i) a necessidade da autorização judicial) e (ii) a necessidade da degravação integral do conteúdo da interceptação telefônica; (iii) explique e/ou exemplifique uma hipótese de serendipidade

Estudo de Caso

Normalmente o tema do Estudo de Caso é apresentado por meio de uma narrativa fictícia de determinada situação. Essa pequena história deve servir, juntamente com outras fontes (leis, autorias, números etc.), como meio de fundamentação. Vejamos um exemplo da banca Cesbraspe (Cespe) do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul no ano de 2015.

O Tribunal Regional Eleitoral, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como lentidão, paralisações injustificadas e não comunicadas ao órgão e suspensão da obra em razão de execução irregular. Em decorrência desses fatos, o órgão rescindiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a administração pelo prazo de um ano, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo. Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

a) ilegitimidade do ato de rescisão unilateral;

b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e

c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles. [valor: 4,75 pontos, sendo 1,75 ponto, 1,00 ponto e 2,00 pontos, respectivamente, para a, b, e c]

A seguir mais um exemplo, agora da banca AOCP. Veja que o padrão é sempre o mesmo independente da banca. Uma situação hipotética e perguntas sobre ela.

Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018.

Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.

Vejamos mais um exemplo, agora da banca FCC:

Determinado serviço de execução de obra de construção civil se deu no Município X, cuja lei municipal instituidora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN atribui ao tomador do serviço a responsabilidade por retenção na fonte. Considerando que o tomador do serviço tem sede/domicilio no Município Z e o prestador do serviço tem sede no Município Y, analise de acordo com a Constituição Federal e a legislação federal que disciplina as normas gerais sobre ISSQN as figuras do contribuinte e do responsável tributário do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e a possibilidade ou não da retenção na fonte do ISSQN no caso apresentado e responda, fundamentadamente:

a. Qual município é competente para exigir e arrecadar o ISSQN?

b. Identifique: quem é o contribuinte e quem é o responsável pelo ISSQN.

c. Discuta os eventuais efeitos decorrentes de o prestador, o tomador e o local da obra estarem situados em Municípios distintos.

d. Sob quais condições ou requisitos o tomador poderá ser responsável pelo crédito tributário? (Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas).

Outro exemplo, agora da banca IBFC. Novamente, independente da banca, o padrão do estudo de caso é sempre o mesmo. Uma história hipotética e perguntas sobre o caso apresentado.

O secretário do município X comunica o Promotor de Justiça a prática de ato de improbidade, por lesão a princípios que regem a Administração Pública (art.11 da Lei nº8. 429/92), por servidor que lhe é subordinado. Qual a medida a ser tomada pelo Promotor de Justiça, considerando que o Secretário Jurídico é colegitimado para a propositura da ação de improbidade contra o servidor?

Para mostrar que não estou mentindo, mais um exemplo, agora da banca FGV. Viram como é simples o tal do estudo de caso?

O Governador do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei pretendendo alterar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, especificamente para estabelecer:

I. que a estabilidade dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo será obtida após 2 anos de efetivo exercício;

II. que será possível acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horário;

III. que a aposentadoria compulsória dos servidores públicos ocorrerá aos 80 anos de idade.

Instado pelo Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça elabore a minuta de relatório técnico sobre a constitucionalidade e juridicidade dos itens listados acima. Suas respostas devem ser objetivamente fundamentadas, dispensada a forma de parecer.

Peça Técnica

Geralmente apresenta-se como uma espécie do estudo de caso, sendo apresentada uma determinada situação, que deve servir de base para elaboração das respostas às perguntas realizadas pelo avaliador. Sua grande diferença é que requer, normalmente, que se coloque em determinado formato padrão da peça, por exemplo, se for uma "Informação" ela deve ter a formatação presente no Manual de Redação do Órgão. Vejamos a seguir mais um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF. Não se assuste com o tamanho, como veremos ao longo do curso, com calma e por partes, o que parece complicado se tornará simples.

Considere que, em uma auditoria realizada na Secretaria X do governo do DF, o TCDF tenha apurado os fatos apresentados a seguir, que constam no Processo n.º 00/2014:

1) existência do contrato n.º 08/2012 (fls. 54-60) firmado, em 16/1/2012, entre a Secretaria X e o Sr. José Oliveira, com prazo de vigência de doze meses, tendo como objeto a locação de imóvel não residencial, para sediar uma das coordenadorias regionais daquela secretaria;

2) em 16/1/2013, foi assinado termo aditivo ao citado contrato com valor global de R$ 87.000,00, prorrogando-o e tendo como termo inicial 17/1/2013 e, como termo final, 16/1/2014 (fls. 36-39);

3) a documentação anexa ao processo (fls. 64-76) mostra que todo o trâmite administrativo da solicitação da prorrogação contratual ocorreu entre janeiro e setembro de 2012, com as seguintes especificidades:

3.1) Termo de ciência de fiscalização sem data (fl. 68);

3.2) Data da declaração da intenção do locador de prorrogar o contrato de locação (28/11/2012) conflitante com a data de recebimento do referido documento pela administração (3/2/2013) (fl. 71);

3.3) Justificativa para prorrogação de contrato de aluguel com data de 3/12/2012 (fl. 74);

3.4) Laudo de avaliação técnica - ITBI com data de 9/9/2013 (fl. 76);

4) o titular da Secretaria X informou que, nos casos de contratos de locação de imóveis, quando há motivação e interesse público, o setor responsável deflagra, com antecedência de quatro meses, as tratativas para a realização de todos os atos e procedimentos necessários ao ajuste. Acrescentou que o próprio termo aditivo ao contrato de locação do imóvel apresenta, no seu preâmbulo, a descrição dos documentos e procedimentos com suas respectivas datas, podendo-se verificar que nenhuma delas foi praticada posteriormente à data do contrato. No intuito de provar o alegado, juntou cópia do referido termo aditivo ao contrato (fls. 249-251/Vol. II). Ressaltou o defendente que o termo aditivo não acarretou qualquer prejuízo aos cofres públicos no exercício de 2013, uma vez que o valor do aluguel sofreu redução de R$ 1.415,80 por mês e, portanto, não há de se falar em qualquer deficiência na celebração do citado aditivo;

5) existência do contrato n.º 999/2011 (fls. 154-160), firmado em 7/7/2011, entre a Secretaria X e a empresa Conservadora Ltda., especializada na prestação de serviços de mão de obra, decorrente do pregão eletrônico n.º 19/2011, cujo objeto é a contratação pelo prazo de doze meses, prevendo que a contratada colocasse à disposição da Secretaria X um total de 76 profissionais, sendo 55 digitadores (lote I), 12 atendentes ao público (lote II) e 9 auxiliares de serviços gerais (lote III);

6) em 2013, a Secretaria X desembolsou a quantia de R$ 372.000,00 com os serviços dos lotes I, II e III;

7) a análise do contrato de terceirização e de suas respectivas prorrogações, ocorridas nos anos de 2012 e 2013, mostrou que o termo de referência (fls. 115-121) e o termo aditivo (fls. 131-134) não demonstraram a justificativa da necessidade dos 76 profissionais e da terceirização dos citados serviços.

Com base na situação hipotética apresentada acima, redija, nos termos do Manual de Redação Oficial do TCDF, aprovado pela Decisão Plenária n.º 48/2002, um relatório de auditoria a respeito dos fatos apurados.

Ao elaborar seu relatório, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

< apresentação e estrutura de um relatório de auditoria do TCDF; [valor: 5,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de locação de imóvel, para sediar a coordenadoria regional; [valor: 8,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de terceirização de mão de obra; [valor: 8,00 pontos]

< conclusão do relatório. [valor: 7,50 pontos]

O grande desafio é o tamanho da questão. Muitas vezes assusta o candidato. Para resolver isso, quebre a questão em pedaços pequenos e analise cada uma das informações contidas. Segue mais um exemplo de peça técnica. Agora da banca FCC.

Dentre os compromissos assumidos pelo Governo Federal como requisito a candidatura do Brasil, a sede da Copa do Mundo de 2014, está incluída a concessão ampla de isenção de impostos a diversas entidades esportivas discriminadas nas "Garantias" e nos "Termos de Compromissos" firmados pelos representantes legais de diversos entes federativos signatários desses documentos no âmbito da União, Estados e Municípios. Tais documentos não foram submetidos às formalidades previstas no artigo 49, I e 84, VIII da Constituição Federal. Em 2008, a capital do Estado de São Paulo editou a Lei 14.863, que prevê a isenção de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, quando devido ao município de São Paulo , a prestação de todo e qualquer serviço diretamente relacionado à organização e à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, quando o prestador ou tomador dos serviços for: - A entidade internacional organizadora; - as associações e confederações de futebol dos países que participarão das Copas; ou - a pessoa física, jurídica ou equiparada, nacional ou estrangeira, diretamente vinculada à organização ou a realização das Copas, conforme dispuser o regulamento. Prevê, ainda, que a isenção fica condicionada à nomeação da cidade de São Paulo como uma das sedes da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Em 2010, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar 579 / 10, postulando que fossem os Municípios autorizados a conceder isenção do ISSQN em relação aos serviços relacionados à Copa das Confederações e a Copa do Mundo, em 2013 e 2014, respectivamente no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, exigiu-se expressamente a previsão em lei municipal.

Considerando-se que o referido projeto de lei complementar não foi aprovado, sancionado ou publicado até o momento, elabore m parecer e responda às seguintes perguntas:

a - qualquer das entidades mencionadas na lei, teria direito a postular isenção do ISSQN no município de São Paulo com base exclusivamente nos compromissos assumidos pelos representantes do governo brasileiro independentemente da lei complementar ou da lei municipal acima referida? ;

b - assumindo como premissa que o prefeito do município de São Paulo também tenha sido um dos firmatórios legais dos "termos de compromisso" que previam a concessão de benefícios fiscais, poderia a entidade internacional organizadora do evento exigir a isenção tributária mesmo sem a prévia edição de lei municipal? ;

c - exclusivamente com base em lei complementar, seria possível postular a isenção do ISSQN? ;

d - no cenário atual, a lei 14.863, de 2008, pode ser controlada constitucional? ;

e - a posterior edição de lei complementar autorizando a concessão do benefício fiscal sanaria eventual vício de inconstitucionalidade da referida lei municipal?;

f - após eventual decisão judicial transitada em julgado reconhecendo a inconstitucionalidade da lei 14.863/08, seria possível que autoridade fazendária municipal viesse a formalizar o lançamento tributário contra prestador de serviços, a qualquer das entidades citadas nessa lei, que deixe de pagar o imposto municipal com base nesse diploma legal, exigindo o imposto e a multa?